



No colapso, mas contra a distopia: alianças globais de lutas por justiça ecossocial e econômica no Antropoceno: entrevista com Maristella Svampa¹

In collapse, but against dystopia: global struggles alliances for eco-social and economic justice in the Anthropocene

Felipe Milanez Pereira ^a 

Isabella Alves Lamas ^b 

RESUMO: Nesta entrevista, a socióloga Maristella Svampa, uma das grandes expoentes da ecologia política latino-americana, apresenta reflexões sobre a constatação de que vivemos um colapso ecológico global, os limites e omissões das ciências sociais no Antropoceno, bem como a necessidade da transdisciplinaridade e da conexão das agendas de luta em diferentes escalas para se construir novos horizontes.

Palavras-chave: Antropoceno; Colapso ecológico; Ecologia política; Giro ecoterritorial.

ABSTRACT: In this interview, the sociologist Maristella Svampa, one of the great exponents of the Latin American political ecology, presents reflections on the realization that we are living through a global ecological collapse, the limits and omissions of the social sciences in the Anthropocene, as well as the need for transdisciplinarity and the connection of struggle agendas at different scales to build new horizons.

Keywords: Anthropocene; Ecological collapse; Political ecology; Ecoterritorial turn.

^a Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

^b Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Felipe Milanez Pereira. E-mail: felipemilanez@ufba.br.

Recebido em/Received: 14/03/2022; Aprovado em/Approved: 18/03/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

¹ Licenciada em Filosofia pela Universidad Nacional de Córdoba e doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Investigadora superior do CONICET e Professora Titular da Universidad Nacional de la Plata. Atualmente é professora visitante na Universidade de Cambridge (Reino Unido), ocupando a prestigiosa Cátedra Simón Bolívar.

Socióloga, docente da Universidade Nacional de La Plata (Argentina) e, atualmente professora visitante na Universidade de Cambridge (Reino Unido), ocupando a prestigiosa Cátedra Simón Bolívar, Maristella Svampa é uma das grandes expoentes da ecologia política latino-americana. É articuladora de conceitos críticos como o giro ecoterritorial, do consenso das commodities, e das limitações do ciclo progressista na região que se reproduz desde uma visão antropocêntrica e do avanço do extrativismo. Suas reflexões são construídas a partir das realidades latino-americanas, do ecofeminismo, das lutas ecoterritoriais mobilizadas desde estes territórios e da ecologia política. Suas obras mais recentes constituem contribuições universais para se pensar a crise civilizacional e a emergência climática, como no livro “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências”, publicado no Brasil pela Editora Elefante em 2019 e, ainda sem tradução ao português, “El colapso ecológico ya llegó: una brújula para salir del (mal)desarrollo”, com Enrique Viale (Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2020). Nesta obra mais recente, Svampa e Viale colocam em perspectiva as saídas capitalistas autoritárias e conservadoras e a continuidade existente entre avanços do extrativismo e práticas predatórias de exploração da natureza e da vida na América Latina, ponto em comum de governos progressistas e neoliberais. Como forma de intervenção, enfatizam a importância de um amplo pacto ecossocial e econômico que articule justiça social com justiça ambiental.

Integrante do Grupo de Trabalho Ecología(s) Política(s) Desde el Sur/Abya Yala, no Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), foi uma das palestrantes de abertura do III Congresso Latino-Americano de Ecologia Política, que aconteceu em março de 2019 na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Svampa participou da mesa de abertura, “Paisagens da desigualdade”, junto com a liderança indígena Sônia Guajajara e a advogada ambientalista moçambicana Alda Salomão. As falas convergiam nos pensamentos e lutas por justiça ambiental e social que refletem, em parte, a importância das conexões globais de luta que ela ressalta nesta contribuição, com especial ênfase para as articulações a partir das realidades do Sul. Realizada por e-mail em março de 2022, em castelhano, e traduzida por Isabella Lamas e Felipe Milanez, nesta entrevista Svampa apresenta reflexões sobre a constatação de que vivemos um colapso ecológico global, os limites e omissões das ciências sociais no Antropoceno, bem como a necessidade da transdisciplinariedade e da conexão das agendas de luta em diferentes escalas para se construir novos horizontes. Diante do colapso, ela evita de forma enfática a distopia e, em oposição, convoca a ação efetiva e a luta.

O que podem as ciências sociais no Antropoceno? Como produzir conhecimento frente ao colapso ou, como cita em seu novo livro com Enrique Viale, no Terricídio, em referência ao conceito da líder mapuche, Moira Millán?

Maristella Svampa O Antropoceno é um conceito-diagnóstico que instala a ideia de um "limiar" crítico diante de realidades como a crescente destruição de ecossistemas estratégicos e o agravamento da crise climática. É um conceito que destaca a responsabilidade da ação do ser humano na crise, o qual não reconhece os limites naturais e ecológicos do planeta e, portanto, é uma categoria que em seu desdobramento analítico questiona as estratégias de desenvolvimento dominantes, assim como o paradigma cultural da modernidade. Certamente, os modelos de desenvolvimento dominantes são uma expressão do atual padrão de acumulação, que exige para sua reprodução mais matérias-primas e mais energia, o que exerce maior pressão sobre os bens comuns, com forte impacto sobre os territórios e as populações. Por outro lado, a crise que atravessamos também abre uma revisão do paradigma antropocêntrico, na relação sociedade/natureza, humano/não-humano, que está na base da modernidade Ocidental e que teve uma correlação no nível cognitivo através da separação e desconexão entre as ciências sociais e humanas e as ciências da terra.

Como primeiro desafio, então, o Antropoceno como diagnóstico abre portas, constrói vínculos, suscita a necessidade de nos engajarmos em uma conversa, de pensar a problemática socioecológica a partir de uma perspectiva mais ampla em termos de contextos disciplinares, e até mesmo tradições teóricas, entre as ciências da terra e as ciências humanas e sociais. O Antropoceno exige uma visão holística e um diálogo de saberes, em uma linguagem transdisciplinar.

Mas o Antropoceno como crise também desafia as ciências sociais e humanas, grande parte das quais, seja por indiferença, conforto, ou pura negação, têm virado as costas para as problemáticas socioambientais e à crise ecológica, como se esta estivesse confinada a certos "nichos" (ecologia política, sociologia dos movimentos sociais, geografia crítica) ou reservada a especialistas das ciências da terra, ou como se o meio ambiente fosse algo externo, mais uma variável, e não falasse do planeta, da nossa casa comum. Sem dúvida há aqui um obstáculo, um fracasso epistemológico na compreensão do real, como diria Enrique Leff. Em tempos de Antropoceno ou Terricídio, isto teve consequências desastrosas. Em um momento de crise das narrativas emancipatórias, esta negação do caráter holístico e transversal do ambiental contribuiu para bloquear a imaginação política, tornando impossível pensar ou debater outros cenários político-civilizatórios ou alternativas. Por último, e não apenas por omissão, esta posição de "não-intervenção" das ciências humanas e sociais informa sobre sua funcionalidade para a consolidação de modelos de subdesenvolvimento e a aceleração do colapso ecológico. Consequentemente, o Antropoceno obriga as ciências sociais como um todo a saírem de sua zona de conforto. Diante do colapso em curso, é necessário que as ciências sociais e humanas não apenas produzam conhecimento, mas também se perguntem sobre que tipo de

Antropoceno queremos viver. Uma pergunta que é ética e política ao mesmo tempo, que deve ser pensada a partir de uma perspectiva transdisciplinar, desde um discurso holístico e integral que compreenda a crise socioecológica em termos de uma crise civilizatória e de abertura para um horizonte de sociedade diferente, uma pergunta que vise a sustentabilidade da vida.

O seu último livro fala sobre a crise civilizatória e a emergência climática. Sobre a crise civilizatória, como analisa o conflito entre expansão do capital para novas fronteiras, e a dinâmica das leis e decisões judiciais em favor dos direitos da natureza?

Maristella Svampa Há evidentemente um conflito, uma colisão entre a expansão das fronteiras do capital em direção a novos territórios e a expansão dos direitos sociais, ambientais e políticos. Isto já foi visto claramente durante o ciclo progressista, em diferentes países latino-americanos. Por um lado, conforme crescem os protestos ambientais, os planetas se alinham de forma contrária, os governos procuram fechar espaços para o debate e a discussão pública, cancelando o ambientalismo. Não esqueçamos que o cancelamento não é apenas simbólico, pois a América Latina continua sendo a região do mundo onde são assassinados mais ativistas ambientais. Os interesses corporativos, a corrupção política e as tentativas de deslegitimar as mobilizações ambientais, são misturados com um extrativismo exacerbado que se faz em nome da reativação econômica e do pagamento da dívida externa.

Por outro lado, as comunidades e os coletivos de resistência teceram uma vasta rede e conseguiram avançar muito com o litígio ambiental. Tanto em nível estadual quanto federal, o ativismo ambiental na América Latina tem cada vez mais protagonismo, pois realiza processos judiciais para que a justiça reconheça os direitos dos povos e da natureza e detenha os megaprojetos. Isto tem deixado muito nervosos os poderes político e econômico, que encontram cada vez mais obstáculos sociais e também judiciais para avançar verticalmente sobre os territórios. As pessoas já conhecem os riscos ambientais e sanitários de determinadas atividades e estão se antecipando a eles. É muito notória a ampliação do campo de batalha. Neste sentido, a judicialização do conflito mostra que o campo da justiça não é homogêneo, que certamente é muito sensível aos interesses corporativos - não há dúvida -, mas há também outros setores dentro da justiça que são sensíveis às demandas da sociedade e que estão começando a pensar em termos ambientais. Se fizermos uma lista, poderemos ver como se ampliou o campo de batalha a partir das demandas ambientais: hoje existem movimentos socioambientais contra a mineração a céu aberto de larga-escala em toda a América Latina, redes de ativistas que denunciam os impactos sócio-sanitários dos agroquímicos, organizações camponesas-indígenas e coletivos de pobres urbanos que denunciam o racismo ambiental e se opõem à conversão de seus territórios e/ou bairros populares em zonas de sacrifício, agricultores camponeses que resistem ao desmonte e propõem um modelo agroecológico, assembleias territoriais e redes de advogados e ativistas que multiplicam ações de litígio ambiental e climático com o objetivo de defender ecossistemas críticos como geleiras, florestas, charcos e pântanos; organizações sociais que lutam por rios livres, que podem ser represados ou transformados em rotas extrativistas (hidrovias), alianças nacionais e latino-

americanas contra o fracking, grupos de vizinhança auto-organizados que questionam a expansão da fronteira hidrocarbonífera offshore em defesa de seus mares, coletivos de jovens que rejeitam grandes fazendas de suínos e de criação de salmão em larga escala. O número de temas que dão origem aos conflitos expressa a ampliação do espaço das lutas ambientais, sua heterogeneidade e caráter transversal. Mas por trás desta heterogeneidade, há muitos elementos em comum. Há uma linha de acumulação de lutas e de continuidade discursiva que coloca ênfase em outras linguagens de valoração do território, na crise climática, gerando uma narrativa ecológica que levanta a necessidade de mudar o vínculo entre sociedade/cultura e natureza.

Neste sentido, embora os governos queiram instalar o falso dilema "Desenvolvimento versus Ambiente", muitas vezes de uma forma muito rude ou rústica, e que tentem opor o social ao ambiental, como se as organizações ambientais fossem as responsáveis pela pobreza e pela crise econômica, ou justifiquem o extrativismo em nome do mandato de exportação e da dívida externa, é cada vez mais difícil para eles convencer a sociedade de que devemos priorizar o crescimento econômico a qualquer custo, em meio à crise climática e à destruição dos ecossistemas. Cada vez mais setores dentro da sociedade estão se perguntando que tipo de sociedade deixarão para seus filhos em um planeta colapsado. Muitos estão começando a entender que a crise climática não é abstrata ou algo global que cai do céu; ela tem também raízes nos modelos de subdesenvolvimento.

Como as lutas ecoterritoriais, camponesas, indígenas e feministas, que politizam o Antropoceno, contribuem para imaginar outros horizontes possíveis diante dos fracassos das COPs? Que futuros são imaginados pelos movimentos de justiça ambiental?

Maristella Svampa Vivemos em um mundo em que coexistem distopias globais, que bloqueiam nossa imaginação política; e utopias concretas em nível local, com certa capacidade de irradiação, mas com dificuldades para traduzir-se em um projeto político de alcance global. Porque efetivamente as resistências ecoterritoriais enfatizam o local e desconfiam da eficácia da participação nas discussões globais. E têm toda razão nisso: os fracassos da COP são evidentes. Entretanto, não podemos continuar alimentando a desconexão entre o global e o local; não podemos continuar pensando que no global tudo está perdido e que a única coisa que resta é, como disse Voltaire no final de *Cândido*, "cultivar nosso próprio jardim". Nesta linha, embora valiosas e essenciais, as utopias concretas e as experiências de reexistência propostas por muitos movimentos sociais têm um alcance limitado, além de serem frágeis e vulneráveis.

Em todo caso, elas são insuficientes para preencher a lacuna entre as escalas macro e micro. Ainda que sirvam nestes tempos de colapso ecológico como um "princípio de esperança", não podemos deixar de nos perguntar se não é possível, e até mesmo necessário, dar um passo adiante e assumir o risco de pensar a conexão das agendas em diferentes escalas - global, regional, nacional, local - para contrabalançar a desordem e o âmbito de desesperança planetário da distopia. É por isso que acredito que a grande batalha dos Movimentos pela Justiça Ambiental para imaginar um futuro

diferente é avançar a agenda de proteção dos povos e dos bens comuns, mas também, mais do que nunca, avançar em uma agenda de transição ecossocial justa, um pacto ecossocial que aposte em uma articulação de Justiça social com Justiça ambiental, que avance em uma transição energética justa e promova a transformação do modelo de produção de alimentos, hoje nas mãos de grandes corporações. As lutas ecoterritoriais e as categorias contra-hegemônicas emergentes, tais como Direitos da Natureza, Bens Comuns, territorialidade, Autonomia, Bem Viver, Soberania Alimentar, Cuidados e Sustentabilidade da Vida, são inspiradoras e sem dúvida serão a bússola destas novas discussões sobre o caminho da transição ecossocial.

Ninguém é ingênuo. Não estou dizendo que a transição seja simples ou linear, muito menos em um contexto de ampliação das desigualdades e, agora, de guerra. Mas não temos outra escolha senão navegar por estas águas turbulentas. A pandemia da Covid 19 nos colocou diante de novos dilemas de tipo político, ético, cultural, econômico e parece acelerar a disputa civilizatória. Este novo patamar exige uma transição para modelos que articulem justiça social com justiça ambiental, para práticas econômicas e produtivas baseadas na reciprocidade, na complementaridade e nos cuidados; um horizonte de sobrevivência que requer um novo pacto com a natureza e cujo lema não pode ser outro que a sustentabilidade de uma vida digna.

Quais paralelos a senhora observa entre as lutas na América Latina e na África Subsaariana diante das espoliações do extrativismo, que conexões de visões e mobilizações, e possíveis intercâmbios, existem ou podem se desenvolver?

Maristella Svampa Países como Nigéria e Argélia são muito ricos em petróleo e gás. Isso sem falar das guerras por minerais raros, no Congo. Os conflitos armados que existem em África têm de ser lidos na chave de geopolítica dos recursos naturais. Há uma longa história em tudo isso. Eles não são a única causa, é claro, mas os atores internacionais desempenham um papel mais direto do que na América Latina no processo de controle e desestruturação dos sistemas políticos nacionais. A China também está mais presente do que nunca. Os países africanos passaram do Consenso de Washington para o Consenso de Pequim. Finalmente, sem saber muito sobre as resistências, gostaria de destacar a existência desde 2012 de uma rede ecofeminista contra a mineração muito importante, a WoMin, que luta pela justiça ambiental e está presente em treze países da África Subsaariana. O movimento tem uma agenda ampla, que vai desde a luta contra o militarismo e o extrativismo até uma campanha regional sobre energia e justiça climática chamada Women Building Power (“Mulheres gerando energia”). Os intercâmbios Sul-Sul devem ser intensificados. Mas desde a América Latina, além de sermos muito autocentrados em nossas lutas, estamos sempre buscando ser ouvidos pelo Norte global, e ignoramos a potencialidade que teria em constituir um campo de afinidades com as lutas contra o extrativismo e a espoliação na África Subsaariana ou com países da Ásia, por exemplo. Caberá aos feminismos ecoterritoriais fazer essa conexão, muito provavelmente, se é que já não esteja em andamento.

Sobre essa perspectiva do Antropoceno, como você vê o conceito e sua relação com o colapso? E qual é sua perspectiva sobre o negacionismo climático, científico em geral, e a desinformação que está no centro das táticas dos conservadores?

Maristella Svampa Gostaria de esclarecer que, embora o livro que publiquei em 2020 com Enrique Viale tenha como título *El colapso ecológico ya llegó* (“O colapso ecológico já chegou”), a nossa aposta é pela resiliência, é uma aposta por outros horizontes sociais, por uma transição ecossocial justa, pela necessidade de discutir também que tipo de transição necessitamos. Dito isto, devemos reconhecer que já estamos em colapso. Não precisamos esperar que o permafrost derreta e libere o gás metano que está enterrado há séculos. Basta ver a face visível desse colapso expressa nos eventos extremos, as secas, os grandes incêndios florestais. Recentemente, na Argentina, incêndios destruíram 40% dos Esteros del Iberá, que estão entre os dez maiores pantanais do planeta. Há dois anos, em plena pandemia, houve também um enorme incêndio no Pantanal, no Brasil. Mas eu sempre digo que não devemos confundir colapso com distopia. Nesse sentido, temos que reconhecer a realidade do colapso, mas também a variabilidade e a complexidade desse colapso. O colapso não implica o naufrágio de uma sociedade de um dia para o outro. Implica que as mudanças estão ocorrendo em um sentido negativo, em uma sociedade que caminha para o caos, para a decomposição social e para a ruína dos ecossistemas. Há muita reflexão sobre este aspecto na Espanha e na França, toda uma teoria da colapsologia.

Para além da crise climática, da frequência e aceleração dos eventos extremos, dos que se enxergam e dos que não se veem, imaginemos o colapso que poderia ser desencadeado com uma grave crise energética, e o efeito cascata que isso acarretaria. Nesse sentido, a crise socioecológica é de tal gravidade que não podemos escapar dessa realidade de colapso: ela está acontecendo e temos que tomar decisões agora. No marco do Antropoceno, temos que tomar uma atitude proativa e não permanecer instalados em nossa zona de conforto, dizendo que nada pode ser feito ou ficar paralisados esperando o fim do mundo.

Portanto, uma coisa é afirmar a realidade do colapso em seus diferentes níveis, que não é algo que acontece de um dia para o outro, pode ser um trânsito que leve muito ou pouco tempo, dependendo das conjunturas, e outra é afirmar a distopia, o “lugar ruim”, ou “o pior de todos os mundos”, como um horizonte antropocênico. É necessário lutar contra a linguagem e o discurso distópico daqueles que insistem que tudo está perdido. Também é correto que a libertação cognitiva é um processo que ocorre de modo muito frequente. Aí está a revolta chilena e seu lema iluminador: “O Chile acordou”. Este processo, que a sociologia dos movimentos sociais chama de “libertação cognitiva”, enfatiza o fato de que os próprios atores que até recentemente se consideravam pessimistas ou impotentes com relação à sua capacidade de ação, descobrem que podem intervir e modificar a realidade através da ação coletiva.

E, sem dúvida, devemos seguir combatendo os diversos tipos de negacionismos. Um fato curioso é que embora o negacionismo climático já tenha sido derrotado no campo científico, o mesmo não ocorre no campo político. Ninguém que se considere cientista

hoje poderia negar o caráter antropogênico da mudança climática e sua gravidade. E, no entanto, há líderes de direita e extrema-direita que são abertamente negacionistas, tais como Bolsonaro e Trump. A aliança entre as grandes corporações ligadas aos combustíveis fósseis e ao liberalismo conservador, e, agora, as extremas direitas, continua a existir, continua atrasando a agenda. Por outro lado, existe outro tipo de negacionismo, que encontramos no campo progressista, que consiste em gerar uma falsa oposição entre Ambiente e Desenvolvimento, ao qual aludi anteriormente. Este é um falso dilema. O desenvolvimento econômico do qual eles falam é inviável hoje. Uma grande parte da disputa passa por compreender que não podemos pedir mais à Natureza, ao ambiente, aos ecossistemas, à crise climática, que já foram severamente impactados por determinadas atividades econômicas, que se adaptem à economia. É o sistema econômico que tem que se adaptar à crise climática se realmente quisermos evitar um colapso maior. É uma verdade evidente, mas isto implica uma mudança de paradigma. Temos que repensar a economia para que ela se adapte aos limites naturais e ecológicos do planeta. E não continuar pensando que é o planeta que tem que se adaptar às chamadas "atividades produtivas", que hoje estão destruindo tantos ecossistemas estratégico.